

CNPJ: 18.940.098/0001-22

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica da contratação dos serviços de engenharia para a pavimentação em piso intertravado e drenagem de um trecho de estrada vicinal do Bairro Fidêncios, bem como fornecer informações para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

- Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- NBR 15953 Pavimento Intertravado com Piso de Concreto Execução;
- Decreto Estadual nº 46.319/2013;
- Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015;
- Constituição Federal de 1988;
- Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- Convênio de Saída nº 1301002405/2023 SEINFRA;
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;
- Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010;
- Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;
- Nota Técnica IBRAOP IBR 001/2021.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Esta contratação se faz necessária para resolver alguns problemas com a estrada vicinal, como: Buraco, lama, falta de escoamento da água da chuva. Com a pavimentação deste trecho em piso intertravado o tráfego irá melhorar e facilitar para os moradores do bairro em



CNPJ: 18.940.098/0001-22

questão e de moradores de outros bairros.

4. SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente

5. PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA) DE 2024:

Previsão no PCA	Ação n. 147
Nível de prioridade conforme PCA	() Baixa () Média (X) Alta

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

O serviço a ser contratado compreende os serviços para a pavimentação e drenagem de um trecho de estrada vicinal do Bairro Fidêncios, nos termos do Convênio de Saída n° 1301002405/2023 SEINFRA.

Os serviços a serem contratados são de natureza de escopo não continuado, descritos na Planilha Orçamentária de Custos com especificações técnicas correntes, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos em normas e explicitados no Projeto Básico aprovado pela SEINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias.

O prazo de execução dos serviços será de **03 (dois) meses** contados a partir do décimo primeiro dia após o recebimento da ordem de serviços pela contratada.

O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses** contados da assinatura do Instrumento Contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



CNPJ: 18.940.098/0001-22

O prazo de vigência do contrato deverá ser superior ao de execução dos serviços para:

a) Amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo da execução dos

serviços, provocadas por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o

prazo de vigência do contrato;

b) Propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos;

c) Englobar os prazos de recebimento provisório e definitivo, de 15 e 30 dias sucessivos à

conclusão da obra.

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto,

devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de

Contratações Sustentáveis:

a) Todos os resíduos resultantes da execução dos serviços devem ser avaliados e separados

daqueles passíveis de reciclagem, para adequada destinação, às expensas da Contratada.

b) Os serviços prestados pela Contratada deverão fundamentar-se no uso racional de

recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e

materiais, bem como reduzir a geração de resíduos, além de evitar o desperdício de água

e o consumo excessivo de energia.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da

contratação em áreas de "bota-fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos, áreas

protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas.

7. CLASSIFICAÇÃO DA OBRA

Sob a égide da nova lei, a atividade será enquadrada como obra quando seu exercício, por

força de lei, for privativo das profissões de engenheiro e arquiteto, e, cumulativamente,



CNPJ: 18.940.098/0001-22

importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das

características originais de bem imóvel.

O Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), em face dos novos

dispositivos da Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos

apresentou a NOTA TÉCNICA IBR 001/2021, com o entendimento sobre obra comum e obra

especial de engenharia, que transcrevemos abaixo:

É possível concluir o entendimento de que **obra comum de engenharia** é aquela na qual

(i) a mão de obra, os equipamentos e os materiais utilizados são padronizáveis e (ii)

amplamente disponíveis no mercado, (iii) os métodos construtivos têm responsabilidade

técnica assumida por arquiteto, engenheiro ou técnico com registro no conselho

profissional (que atenda aos requisitos previsto no edital), bem como (iv) os objetos

contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil

descrição e compreensão, inclusive por parte do executor da obra, o operário da construção

civil.

As obras comuns de engenharia são, portanto, aquelas obras (i) corriqueiras, (ii) de baixa

complexidade técnica, (iii) e de menor risco de engenharia, (iv) quase sempre de pequeno

e médio portes, para as quais (v) não exista qualquer dificuldade para se estabelecer as

especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de

qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e

métodos construtivos sejam (vi) usuais e para as quais (vii) exista grande número de

fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional (que

é aquele mercado que costuma suprir a demanda no caso de obras de pequeno e médio

portes).

As **obras especiais de engenharia** são aquelas obras de alta complexidade, quase sempre

de grande porte e elevado risco, para as quais é preciso estabelecer com maior cuidado as

especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de

qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e



CNPJ: 18.940.098/0001-22

métodos construtivos costumam ser de domínio restrito no mercado ou apresentam elevado nível de inovação tecnológica, para as quais exista um menor número de potenciais fornecedores e executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional.

As **obras especiais de engenharia** são notadamente as (i) de elevada complexidade, (ii) grande vulto (materialidade do valor estimado), (iii) que podem empregar tecnologias de domínio restrito no mercado, (iv) com poucas empresas aptas a executar o objeto.

Pelo exposto acima, tem-se que o objeto a ser licitado pode ser enquadrado como <u>obra</u> <u>comum de engenharia</u>, visto que:

- a) Será executada através de mão de obra, equipamentos e materiais padronizáveis e usuais de mercado;
- b) O responsável técnico pela obra será um engenheiro ou arquiteto;
- c) Trata-se de obra que possui grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado.
- d) É comumente contratada pela Administração, que realiza diversos calçamentos no Município.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

ID	Descrição da solução (ou cenário)
1	Execução direta, sem contratação, com utilização de mão de obra própria e fornecimento de materiais por parte do Município
2	Contratação de mão de obra especializada e fornecimento de materiais por parte do Município
3	Contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra e materiais

8.2 - ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO

ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL

CNPJ: 18.940.098/0001-22

Solução 01: Execução direta, sem contratação, com utilização de mão de obra própria e

fornecimento de materiais por parte do Município.

Descrição: Esta solução se caracteriza por designar servidores municipais para realizarem a

obra de pavimentação em piso intertravado e drenagem como também abrir um processo

licitatório para aquisição dos materiais que serão utilizados na obra.

Solução 02: Contratação de mão de obra especializada e fornecimento de materiais por parte

do Município.

Descrição: Abertura de um processo licitatório para a contratação de empresa para o

fornecimento de mão de obra especializada e abertura de um outro processo licitatório para a

aquisição dos materiais que serão utilizados na obra.

Solução 03: Contratação de empresa especializada

Descrição: Contratação de empresa especializada, através da realização de um processo

licitatório, a qual deverá comprovar capacitação técnica para prestar os serviços solicitados

incluindo o fornecimento integral de materiais e mão de obra.

8.3. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

O Município não dispõe de mão de obra qualificada em quantidade suficiente para

atendimento da demanda, além de não dispor de ferramentas e equipamentos para realizar

os serviços, sendo assim a solução 1 é inviável. Por outro lado, realizar a contratação de mão

de obra especializada além de dispendioso aos cofres públicos devido aos vários encargos que

envolvem esse tipo de contratação há também a possibilidade do certame licitatório restar

deserto tendo em vista que se trata de contratação de mão de obra por um curto período de



CNPJ: 18.940.098/0001-22

tempo (03 meses), não sendo atrativo para empresas do ramo, portanto a solução 2 também

resta inviável.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conclui-se que, para atender a demanda, a melhor solução é a execução indireta, em

regime de empreitada, onde o gerenciamento da obra ficará a cargo de uma única

empresa a qual irá fornecer toda a mão de obra especializada, os insumos para a execução

da obra assim como todos os equipamentos/ferramentas necessárias, além é claro de

prestar garantia pelos serviços executados.

10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os quantitativos de serviços a serem contratados estão descritos na Planilha

Orçamentária de Custos, na versão sem desoneração, considerando menor preço à

Administração, os custos de referência foram obtidos das planilhas SEINFRA - SUL -

AGO/2023, SINAPI - MG - OUT/2023 E SICRO - SUDESTE - JUL/2023.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo total estimado da contratação é de R\$ 303.201,62 (trezentos e três mil duzentos

e um reais e sessenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na Planilha

Orçamentária de Custos.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela empreitada

global, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista

que assim o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado,

resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da

Administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados

numa única pessoa jurídica.



CNPJ: 18.940.098/0001-22

Ressalte-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa

construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e

comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

Assim, para execução das obras de pavimentação e drenagem de um trecho de Estrada

Vicinal do Bairro Fidêncios, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua

grande maioria são interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa

para garantir a responsabilidade técnica dos serviços. Também não há viabilidade

econômica, pois, a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função

da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia

a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são

executados por empresas do mesmo ramo de atividade.

Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por

não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto

do objeto a ser contratado.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há previsão de contratações/aquisições correlatas e interdependentes.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados que se pretendem alcançar com esta contratação, em termos de

economicidade são: a diminuição com os reparos da estrada vicinal, que são feitos com o

uso de máquinas pesadas; não terá também a perda de materiais como brita que é utilizado

no reparo da estrada, que acabam sendo levadas pela água da chuva; e a mão de obra que

não precisará ficar se deslocando sempre para realizar o reparo. Assim, economizando

recursos financeiros.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS



CNPJ: 18.940.098/0001-22

Não será necessário a adoção de ações especificas de capacitação de servidores com vistas à

presente proposta de contratação, por se tratar de realização de atividades rotineiras cujos

técnicos encontram-se capacitados e em constante atualização por meio de Informativos,

Ofícios Circulares, Cursos, Instruções de Serviços, Manuais, entre outros.

Além disso, são atividades que fazem parte das atribuições ordinárias para os cargos de

Engenheiro Civil Municipal.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dentre os critérios de sustentabilidade na contratação alguns que podem ser incluídos seria

a preferência por materiais, tecnologias e obras-primas de origem local; maior eficiência na

utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos,

preferencialmente, mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem

e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais e; origem

ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Como se trata de uma obra que irá alterar o ambiente, consideram-se alguns possíveis

impactos que podem ocorrer na área, a alteração da estrutura e qualidade do solo, que pode

alterar a microbiota do solo é um destes impactos. Se faz necessário então, minimizar a área

em que será aplicada a pavimentação, para que a área afetada seja apenas a área onde

ocorrerá a pavimentação.

A geração de resíduos seria mais um impacto. Para redução deste impacto, é essencial

melhorar o gerenciamento do uso dos insumos, calcular quantidades necessárias com base

em históricos anteriores e adotar materiais reutilizáveis. É de importância implementar um

sistema de gestão de resíduos para os possíveis resíduos que possam ser gerados, pensando

na premissa de se realizar uma triagem, a caracterização, o acondicionamento, o transporte

e a destinação correta dos resíduos conforme sua classificação.



CNPJ: 18.940.098/0001-22

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

De acordo com as informações apresentadas e com base nos documentos juntados ao presente processo, entendemos que a contratação é VIÁVEL e opinamos pelo prosseguimento da mesma.

Desse modo, resta atendido o § 1º do Art. 18 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Bueno Brandão, 14 de maio de 2024.

Daiane Aline de Carvalho Matrícula 1594 Responsável pela elaboração dos itens 1,2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 14 do ETP

> Marina Borges da Silva Matrícula 3661 Responsável pela elaboração dos itens 3 e 13 do ETP

Larissa Antunes Simões Matrícula 3659 Responsável pela elaboração do item 15 do ETP

APROVO ESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DETERMINO O INÍCIO DA IMEDIATA ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO TERMO DE REFERÊNCIA
Bueno Brandão, de de 2024.
Marina Borges da Silva Secretária de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente